

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ADOÇÃO DAS TIC NA EDUCAÇÃO: A TV ESCOLA E O PROINFO

Eixo 03 - Eixo Políticas Públicas de TIC

Márcia Alves de Carvalho Machado¹
Luciano Matos Nobre²
Ada Augusta Celestino Bezerra³

RESUMO

Esta pesquisa analisa duas importantes políticas voltadas para a adoção das TIC na educação que emergiram no contexto da década de 1990, sob o novo paradigma de gestão, e ainda se encontram em execução: a TV Escola e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). A perspectiva de abordagem utilizada é a sociologia crítica e metodologicamente foi organizada pela pesquisa qualitativa com uso dos procedimentos de levantamento bibliográfico e documental. Constatou-se que ambas as políticas tornaram-se importantes ações estratégicas do Governo federal voltadas para a adoção e o uso das TIC e que a ressignificação dada ao longo de suas trajetórias potencializa sua importância na educação, ao mesmo tempo em que reflete as mudanças que foram sendo realizadas na visão de mundo dos gestores e que alteraram significativamente o processo educacional.

PALAVRAS-CHAVE: ProInfo; Políticas Públicas; Ressignificação; TIC. TV Escola.

ABSTRACT

This research analyzes two important policies for the adoption of ICT in education that emerged in the context of the 1990s, under the new management paradigm, and are still

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Tiradentes. Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes. Professora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Sergipana. Integra o Projeto de Pesquisa coordenado pela Prof^a Dr^a Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do Nascimento, intitulado Brasil, Portugal e Inglaterra: circulação de impressos protestantes e outros impressos durante a segunda metade dos Oitocentos (Edital MCT/CNPq 02/2009, pelo Edital Universal CNPq 14/2011. Pesquisadora voluntária do Programa Observatório da Educação da CAPES/INEP pelo Projeto TRANSEJA2/Unit. E-mail: mac_machado@hotmail.com.

² Doutorando em Educação/Universidade Tiradentes/SE. Mestre em Educação/UNIT/SE. Especializações em: Docência e Tutoria em Educação a Distância/UNIT/SE; Pedagogia Empresarial/Faculdade Atlântico/SE. Graduação em Sociologia/Universidade Federal de Sergipe. Integrante dos grupos de pesquisas: Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP/UNIT/CNPq); Grupo de Estudo e Pesquisa, Comunicação, Educação e Sociedade (GECES/UNIT/CNPq). Pesquisador/ Bolsista/CAPES/FAPITEC/SE. E-mail: nobre_matos_luciano@yahoo.com.br.

³ Pós-Doutora Sênior em Educação pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Mestra em Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas-RJ. Pedagoga, Professora do Mestrado em Educação do PPED-UNIT e do Curso de Pedagogia da UNIT Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professores (GPGFOP/UNIT/CNPq). Coordenadora do Observatório de Educação da UNIT/CAPES. Coordenadora Local do Doutorado, em Exercício, DINTER/PUCRS/UNIT. E-mail: adaaugustaeduc@gmail.com.



14 a 16 de setembro de 2016
UNIT - Aracaju-SE

ANAIS | ISSN: 2179-4901

running: a TV School and the National Educational Technology Program (ProInfo). The approach used perspective is critical sociology and methodologically was organized by qualitative research with use of bibliographic and documental procedures. It was found that both policies have become important strategic actions of the federal government focused on the adoption and use of CIT and the reframing given along their trajectories increases its importance in education, while reflecting the changes They were being held in the worldview of managers and significantly altered the educational process.

KEYWORDS: ProInfo; Public Policy; Reframing; CIT; TV School.

1 Introdução

As políticas públicas no campo educacional têm sido implementadas no Brasil com mais relevo desde a década de 1990, momento no qual se efetivou um extenso programa de reformas educativas pelo Governo Federal. A prioridade naquela década era assegurar o acesso e a permanência na escola, e entre as linhas de ação foram implantados programas visando à aceleração de aprendizagem, livro didático, financiamento, capacitação de gestores municipais, bem como instrumentos avaliativos da educação nacional. Os programas em geral destinavam-se aos dois níveis de ensino, básico e superior, e entre eles já se inseriam aqueles voltados para inclusão de tecnologias de informação e comunicação (TIC), alguns atualmente em vigor, embora ressignificados e com outras denominações.

Embora tais reformas denotem um amadurecimento do poder público em favor do reconhecimento das conquistas obtidas frente ao direito à educação, referendado pela Constituição de 1988, é necessário também compreender que elas estavam inseridas no contexto global de emergência das políticas neoliberais que passaram a ser desenvolvidas no Brasil, mais enfaticamente, àquela década. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996) e na qual se assenta os diversos programas mencionados, foi aprovada nesse contexto e se configura na opinião de diversos estudiosos da educação a exemplo de Zanetti (1997), Saviani (2008), Mercado et al (2007) como uma política neoliberal.

Por esse viés é preciso considerar as influências das parcerias estabelecidas pelo poder público com as empresas privadas, uma das características marcantes do neoliberalismo, que auxiliam aos governos na consecução de tais programas, e as determinações dos organismos internacionais que exercem interferências diretas na atuação governamental brasileira, impactando com sua ação o Estado Brasileiro, ou seja, as políticas públicas. Nos discursos orientadores desses organismos são evidenciadas as necessidades do Brasil ao implantar políticas visando à melhoria da gestão e da alocação de recursos, bem como ao alcance do desenvolvimento sustentável. Em Zanetti (1997) constata-se essas influências, em particular do Banco Mundial, que naquela década, estabeleceu algumas ações a serem seguidas pelo país, a exemplo da

melhoraria das habilidades dos professores em técnicas de sala de aula, capacitando-os em sala e à distância, de modo a elevar a capacidade de gerenciamento setorial, fortalecendo os sistemas de avaliação e informação. Na atualidade, somam-se a esses aspectos na formulação das políticas a pressão por formar cidadãos que estejam capacitados conforme as demandas impulsionadas pelas transformações da sociedade, entre essas o crescente e contínuo desenvolvimento das tecnologias e a dinâmica de evolução dos processos produtivos.

No contexto exposto, esta investigação propôs-se a analisar duas importantes políticas voltadas para a adoção das TIC na educação que emergiram no contexto da década de 1990, sob o novo paradigma de gestão (acumulação flexível) e que ainda se encontram em execução, a TV Escola e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). A perspectiva de abordagem utilizada é a sociologia crítica, na busca por desvendar os valores e visões de mundo que se encontram explícitos e implícitos na ação do Estado pela implantação e execução de tais políticas.

Por seu delineamento, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, na qual foram utilizados os procedimentos de levantamento bibliográfico e documental. O exame de materiais de natureza diversas, a exemplo de documentos, possibilita a tratamento analítico tanto para aqueles que nunca foram examinados como para um reexame dos que já foram fontes de outras pesquisas. Os documentos aqui examinados serão os textos legais e relatórios de gestão das políticas objeto da pesquisa.

Pretende-se, como contributo, ampliar os estudos sobre as políticas que tomam como objeto a adoção das TIC na educação e que se encontram há mais de uma década em execução no país, na perspectiva de subsidiar e aprofundar os estudos realizados na linha de pesquisa Políticas Públicas do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP) apoiado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes.

2 Reformas Educacionais no Brasil, o Novo Paradigma de Gestão e a Adoção das TIC

Na concepção de Ball (1994) o aparecimento de políticas nacionais dá-se como um processo de bricolagem através de empréstimo, cópia de fragmentos e ideias de

outros contextos culturais. Grande parte das políticas possuem uma fragilidade, são retrabalhadas e recriadas nos contextos da prática. A preocupação, encontra-se na educação, no setor de serviços públicos e em estratégias de reformas genéricas na instalação de um conjunto de tecnologias de políticas, que promovem e produzem com novos valores, relações e subjetividade nas arenas das práticas.

Não estou argumentando aqui a favor de uma convergência “simples” – políticas detalhadas no nível da estrutura, pedagogia ou currículo -, mas sim, pretendo fazer uma afirmação ousada ou melhor, pretendo, na verdade, fazer duas afirmações. A primeira é que no nível micro, em diferentes Estados Nação, novas tecnologias de políticas têm produzido novas formas e disciplina (novas práticas de trabalho e novas subjetividades de trabalhadores). A segunda é que, no nível macro, em diferentes Estados Nação, estas disciplinas geram uma base para um novo “pacto” entre Estado e o capital e para novos modos de regulação social que operam no Estado e em organizações privadas (BALL, 2001, p. 103).

Apesar da variação na cadência, grau, intensidade e hibridismo na implementação das políticas definidas como novas tecnologias de políticas, elas são oriundas de um mesmo conjunto flexível de políticas que são enfatizadas e inseridas, com outras diferenciações em circunstâncias e locais diversificados.

O novo paradigma da gestão pública, exige uma atenção em resultados de eficiência, eficácia; substituição de estruturas organizacionais; flexibilidade na provisão e regulação pública com resultados eficazes em custos; fortalecimento em estratégias do poder central com custos reduzidos. A complexidade dessas reformas passa a construir, um conjunto de políticas tecnológicas ao relacionarem novos mercados em uma gestão com performatividade⁴, em mudanças na natureza do próprio Estado. São processos direcionados à regulação, não representando o abandono do Estado do controle e sim uma novo modelo de controlar. O novo paradigma se caracteriza como um pacote de reformas, que podem ser em diferentes locais enfatizados ou relegados a um segundo plano, em que os processos de implementação das reformas requerem uma análise ao tempo e a sua relação a uma variedade de elementos. As reformas não se restringem à introdução de novas estruturas e incentivos, elas trazem novas culturas e valores.

⁴ Lyotard (1984) é uma cultura ou um sistema de “terror” que emprega julgamentos, comparações e exposições como forma de controle, atribuição e mudança.

As tecnologias de políticas envolvem a implementação calculada de técnicas e artefatos para organizar às forças e capacidades humanas em redes funcionais de poder. Muitos distintos elementos encontram-se inter-relacionados no seio destas tecnologias, envolvendo formas arquiteturais, relações de hierarquia, procedimentos de motivação e mecanismos de reformação ou terapia (BALL, 2001, p.105/106).

A existência no mercado da educação passa a ser uma nova base de propósito associado ao pragmatismo e auto interesse, perdem espaço a ética e julgamento profissional na nova linguagem de organização. Mercados e sistemas de competição e escolha, em suas operações, (re)processam com os seus próprios atores-chave em que famílias, crianças e educadores, passam a exigir que as instituições utilizem novos sistemas de preocupações extrínsecas e que (re)configurem e (re)valorizem o significado da educação ou seja o mercado da educação (des)socializa e (re)socializa a criação de novas identidades e elimina a sociabilidade, produzindo o individualismo e a competição.

No contexto desse ambiente associado à moral, o estudante é mercantilizado e posicionado, avaliado quanto às diferenciações na educação em que o processo da competição institucional leva a uma economia do valor a classificação do estudante. O recrutamento tem um direcionamento ao financiamento com indicadores de desempenho para o mercado. Nesses processos, dinâmicas de escolha e competição geram um novo currículo oculto. O conceito e propósito educacional e a sua natureza das relações sociais professor e estudante e a comunidade escolar são todas direcionadas, pelas forças do mercado com sua implementação a uma especificidade aos ambientes institucionais. No setor público o processo de exteriorização, gera uma mudança na relação entre trabalhadores e o seu trabalho em que o serviço perde o seu valor e sentido e o profissional se restringe a requisitos da performatividade e marketing.

Foi nesse contexto que o Brasil passou a adotar a inclusão das TIC na educação pela via de políticas educacionais. Decisivamente na década de 1990 o país passou a implementar uma série de reformas em diversos setores, entre eles o de educação, que se fundamentavam em sua base nas recentes mudanças constitucionais, pelo advento da

aprovação da Constituição de 1988, e também pelas influenciadas pelo novo paradigma de gestão tão claramente explicitado por Ball (2001). Esse novo modelo impulsiona no caso da educação para uma revisão dos processos educacionais diante da necessidade de uma revisão na visão de mundo, em especial pela adoção de uso das tecnologias em diversos processos realizados na e pela sociedade.

Silva (2014) retrata que às tecnologias foram além das fábricas e parques industriais e fazem parte do nosso cotidiano com a sua presença em diversos setores das instituições sociais inclusive no espaço educacional. A implementação das tecnologias nas escolas do Brasil tem o seu marco na década de 1980 ao projeto Educação e Comunicação (EDUCOM), originado pela Comissão Especial de Informática da Educação (CE/IE) desenvolvido em cinco universidades públicas como objetivo de formar centros de discussão e desenvolvimento das pesquisas e o uso do computador no ensino e aprendizagem.

Em 1987, ainda seguindo uma política de formação para o uso das tecnologias na escola, foi criado o Projeto Formar, atendendo a uma recomendação do Comitê Assessor de Informática e Educação do Ministério da Educação (CAIE/MEC), sob a coordenação do núcleo de Informática Educativa da Universidade de Campinas (NIED/UNICAMP) (SILVA, 2014, p.90/91).

Dessa década em diante foi inevitável deixar de adotar a utilização da TIC no ambiente escolar, não apenas por sua emergência nos diversos processos que se realizam na sociedade, social, comunicacional, educativo, produtivo, entre outros, como também pelas determinações legais que organizam a educação nacional, sendo a principal delas a LDB/1996.

As alterações e complementações a essa legislação que se seguiram, tem incorporado a cada vez mais o uso das TIC nos processos que se efetivam no contexto educacional, não apenas no processo de ensino, mas também na formação inicial e continuada docente. Destacamos no processo de ensino na modalidade da educação profissional e tecnológica a alteração dada pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que redimensionou, institucionalizou e integrou as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da própria educação profissional e tecnológica; a Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que

define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e que entre outros aspectos estabelece na base nacional comum e na parte diversificada do currículo devem ser [...] organicamente planejadas e geridas de tal modo que as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos” (BRASIL, 2010, p. 6).

Na formação inicial e continuada dos professores, a Lei nº 12.056, de 13 de outubro de 2009, alterou a LDB/1996, acrescentando ao artigo 62, os parágrafos 2º e 3º, pelos quais estabeleceu que na formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão ser utilizados recursos e tecnologias de educação a distância, embora sendo dada preferência ao ensino presencial, e de maneira subsidiária ao uso de recursos e tecnologias de educação a distância.

Como se verifica nas determinações legais, consubstanciadas através da ação do Estado pelas políticas públicas, as TIC mantem-se e consolidam-se nos processos desenvolvidos na educação, deixando evidente a implementação calculada do seu uso que (re)configura e (re)valoriza e (re)significa a educação, criando novas identidades. Cabe nesse contexto compreender tais políticas que foram implementadas a partir desse novo paradigma e que permanecem até a atualidade.

3 Políticas Públicas de Adoção das TIC: TV Escola e ProInfo

Diversas políticas públicas, organizadas em programas ou projetos, foram implementadas na linha de ação do Estado, em âmbito local e nacional, com fins de adoção de tecnologias de informação e comunicação na educação. Algumas dessas medidas iniciaram em décadas anteriores as reformas de 1990, sendo temporárias, exemplo do que explana Nascimento (2007) quanto aos projetos e programas implantados ao final da década de 1980:

Projeto Educom, que iniciou pesquisas sobre o uso de computadores na educação brasileira, tendo como pioneiras nessas pesquisas a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Alguns núcleos de computação foram criados a fim de desenvolver o uso da informática como tecnologia educacional;

Projeto Formar, fruto de uma recomendação do Comitê Assessor de Informática e Educação (CAIE), subordinado ao MEC, esteve “[...] sob a coordenação do Nied/Unicamp e ministrado por pesquisadores e especialistas dos demais centros-piloto integrantes do Projeto Educom [...]” NASCIMENTO, 2007, p. 22), iniciado ao final da década de 1980 e que pretendeu capacitar professores dos sistemas de ensino estaduais para o uso da informática nas escolas, uma vez que o país não dispunha de conhecimento técnico-científico na área, tendo como esboço um curso de especialização modular de 360h e atingindo cerca de 150 profissionais de diversos estados; e

Programa Nacional de Informática na Educação (PRONINFE), em âmbito nacional, efetivado em 1989 pela Portaria Ministerial nº 549/GM, com a finalidade de desenvolver a informática educativa no país, visando apoiar o desenvolvimento e a utilização da informática nos ensinos de básico ao superior e na educação especial, fomentando a infraestrutura de suporte, a consolidação e a integração das pesquisas, a capacitação contínua e permanente de professores, como também a criação de uma estrutura de núcleos distribuídos geograficamente pelo país e a capacitação nacional por meio de pesquisa e formação de recursos humanos (NASCIMENTO, 2007).

Agregou-se ao influxo dessas ações a realização da Conferência Mundial Educação para Todos desenvolvida na Tailândia (1990) que buscou estimular e intensificar o avanço das TIC na educação. Determinando como um dos requisitos desenvolver uma política contextualizada de apoio possibilita-se estabelecer, em cada nível da educação, um contato estreito com o conhecimento tecnológico e científico contemporâneo e propondo como ação prioritária dos governos nacionais, que são os principais responsáveis pela coordenação do uso dos recursos internos e externos, a fim de que sejam aperfeiçoadas as capacidades não só gerenciais e analíticas, mas também tecnológicas. Tendo ainda como perspectiva dessas adoções, em particular para educação básica, a melhoria da qualidade e da oferta mediante a utilização cuidadosa das tecnologias educativas.

Em 1996 foi criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Decreto nº 1.917, de 27 de maio. A SEED foi considerada um agente de inovação tecnológica

nos processos de ensino e aprendizagem, tendo a função de fomentar a incorporação das TIC e das técnicas de educação a distância aos métodos didáticos pedagógicos.

O primeiro recurso multimídia utilizado na educação foi a TV. Em 1991 já havia sido

[...] veiculado pela TVE Brasil, para seis estados brasileiros, a educação inicial “Jornal da Educação – Edição do Professor”, considerada a primeira experiência de educação, utilizando um meio de comunicação que ganhava cada vez mais espaço na sociedade. No ano seguinte o programa passou a se chamar “Um Salto para o Futuro” e foi estendido a todos os estados. Em 1995, já com o nome “Salto para o Futuro”, o programa foi incorporado ao ministério da Educação e passou a integrar a grade da TV Escola, em 1996 (SILVA, 2014, p. 92-93).

No mesmo período o MEC lançou o Programa TV Escola, atualmente em execução. Constitui-se num canal da educação, público, do MEC, destinado aos professores, educadores, alunos e demais interessados em aprender. “A TV Escola não é um canal de divulgação de políticas públicas da educação, é uma política pública em si, com o objetivo de subsidiar a escola e não a substituí-la. E, em hipótese alguma, substituir também ao professor” (TV ESCOLA 2016).

Foi lançado experimentalmente no Piauí, em setembro de 1995, sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento, Inovação e Avaliação Educacional (SEDIAE), vindo ao ar em caráter definitivo em todo o país em 4 de março de 1996. “Seus principais objetivos são o aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública e o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem” (MEC, 1999, p. 5). Funcionava com programação diária de três horas, com conteúdos relativos “[...] ao currículo do ensino fundamental - transmitidas quatro vezes ao dia, de forma a permitir às escolas diversas opções de horário para gravar os vídeos. A programação diária inclui o Programa Salto para o Futuro” (MEC, 1999, p. 5). Complementavam o programa materiais impressos.

Atualmente, sua distribuição vai além da plataforma de comunicação baseada na televisão - satélite aberto, analógico e digital, para todo o território nacional, atingindo 15 a 20 milhões de antenas parabólicas, também pela internet, no portal tvescola.mec.gov.br, por operadoras de TV por assinatura. “Estima-se um público

potencial neste segmento de cerca de 18 milhões de assinantes” (TV ESCOLA, 2016). O próprio avanço nas tecnologias de distribuição permite que os usuários de *SmartPhones* e *Tablets* também acessem o sinal da TV Escola ao vivo através de aplicativos para aparelhos com sistema iOS e *Android*.

De 1995-1998 o programa distribuiu 56.506 kits para escolas em todo país, sendo gastos R\$84.856.000,00 em recursos no período. A habilitação das escolas para recebimento dos recursos destinados a esse programa se dava junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através de assinatura de convênio diretamente pelas escolas ou por intermédio das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação (MEC, 1997, p. 6-7). Atualmente, no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB) o programa oferece

[...] apoio técnico pedagógico, material e financeiro para a infraestrutura tecnológica de conexão, transmissão e recepção de dados, imagens, vídeos, sons e outras mídias ativas por satélites, soluções terrestres ou novas tecnologias de conexão que venham a ser desenvolvidas para a utilização pedagógicas no processo de ensino aprendizagem na educação básica. Prospecção, implementação e expansão e a integração das Tecnologias, prevendo a aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de informática e outras tecnologias para a educação básica (MEC, 2014, p. 49).

Em 2013 a TV Escola foi transmitida e produzida para todo o território nacional em 27 estados, alcançando 9.500 escolas, toda a rede pública de ensino, destacando-se 4.320 horas transmitidas por satélite, por 24 horas diárias, ininterruptamente, e a produção de 3.304 programas de televisão (MEC, 2016).

Também em 2013 foi iniciado um processo de integração dos portais pedagógicos com as ações da TV Escola: Portal do Professor⁵, Banco Internacional de Objetos Educacionais⁶ e Portal do Estudante⁷.

⁵ O portal é um ambiente virtual com recursos educacionais para dinamização do trabalho docente e trocas de experiências. Estavam cadastrados em 2013 249.357 mil professores, 16.752 mil aulas publicadas e computou mais de 430 mil acessos em 2013.

⁶ Banco disponibiliza publicamente coleções de conteúdos educacionais em vários formatos e para todos os níveis de ensino. Em 2013 apresentava 19.735 objetos publicados disponíveis para professores da educação básica.

⁷ Estava previsto para ir ao ar em 2014. Voltado para conectar alunos e professores em comunidades de aprendizagem. Não localizamos pela página do MEC o portal.

O Programa Nacional de Informática na Educação, primeira denominação do ProInfo, teve a sua criação com a Portaria nº 522 em 09 de abril de 1997 do MEC e realça o uso pedagógico de informática na rede pública de ensino fundamental e médio (CONCEIÇÃO, 2013).

No final da década de 1990, quando o ProInfo foi estruturado pode-se dizer que as questões relativas ao impacto da informática na educação e na sociedade foram suplantadas pelo questionamento de como fornecer condições mínimas de acesso à tecnologia às parcelas da população menos favorecidas economicamente. Essa situação define-se em duas proposições importantes: democratização do uso do computador e a contribuição que essa tecnologia pode possibilitar no processo ensino-aprendizagem (CONCEIÇÃO, 2013, p.107).

Pelo exposto verificou-se que o ProInfo foi “[...] o início do processo de universalização do uso de tecnologia de ponta no sistema público de ensino” (MEC, 1999, p. 18). Tinha como finalidade disseminar o uso pedagógico das TIC nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes as redes estadual e municipal. O MEC nesse sentido, definiria as políticas e diretrizes, promoveria a articulação entre esferas administrativas, estabeleceria as parcerias com universidades e os centros de pesquisas, mobiliza os atores envolvidos no Programa, efetuando aquisições relativas à montagem de infraestrutura tecnológica e repassa recursos financeiros necessários para a sua manutenção (MEC, 1999).

No seu início, o ProInfo enfatizou a capacitação de recursos humanos, que precederia à instalação de equipamentos. As capacitações iniciaram em 1997 e em dois anos o programa já havia capacitado 1.419 multiplicadores e 20.557 professores das escolas selecionadas. Em termos de infraestrutura o programa contou também no início com a aquisição de 3.025 computadores para instalação de 119 Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), nas 27 unidades federadas; 29.748 computadores para atender a 2.646 escolas e mais 100 NTE; e a instalação do Centro de Experimentação em Tecnologia Educacional (CETE)⁸ na SEED. A distribuição de recursos entre as unidades da federação foi realizada conforme Quadro 1 abaixo, por região, e os critérios foram definidos em conjunto com os estados:

⁸ Destinava-se a facilitar e viabilizar a evolução harmônica do conjunto de ações do programa.

Quadro 1 - Quotas de Distribuição ProInfo por Região Geográfica em 1996

REGIÃO	% Nº DE ESCOLAS > 150 ALUNOS	% NÚMERO DE MATRICULAS	MÉDIA	QUANTITATIVOS
Centro-Oeste	7,87	7,27	7,57	7.570
Nordeste	31,11	29,44	30,27	30.270
Norte	8,18	8,81	8,49	8.500
Sudeste	35,83	40,27	38,04	38.040
Sul	17,02	14,21	15,62	15.620
Brasil	100	100	100	100.000

Fonte: Adaptado MEC/SEB, 1999, p. 18.

As regiões Sudeste e Nordeste foram as que receberam mais quotas, seguidas do Sul, Norte e Centro-Oeste, respectivamente. As informações quantitativas consolidadas do programa até 2013 são as que se seguem no Quadro 2:

Quadro 2 - Informações Quantitativas Consolidadas ProInfo (1999)

REGIÃO	Nº MUNICIPIOS	Nº ESCOLA	NTEs INSTALADOS	NTEs a INSTALAR	TOTAL NTEs	TOTAL MICROS	CAPAC. MULTIP.	CAPC. PROFES.	TOTAL CAPAC.
Centro-Oeste	74	146	12	9	21	2.413	145	1.881	2.026
Nordeste	186	509	33	28	61	8.806	459	7.368	7.827
Norte	42	144	14	12	26	2.645	150	2.204	2.354
Sudeste	382	1.535	41	36	77	11.349	455	6.292	6.747
Sul	196	312	19	15	34	4.535	210	2.812	3.022
Brasil	880	2646	119	100	219	29.748	1419	20.557	21.976

Fonte: Adaptado MEC/SEB, 1999, p. 24.

Até janeiro de 1999, data do documento analisado, 880 municípios já tinham sido contemplados pelo ProInfo, num total de 2646 escolas atendidas com 119 NTEs instalados e previsão para instalação de mais 100 até abril daquele ano, e 29.748 microcomputadores distribuídos. Havia sido capacitados 1.419 multiplicadores e 20.557 professores no uso das TIC.

O funcionamento do programa acontece de forma descentralizada e cada unidade da Federação conta com uma Coordenação Estadual e com Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), dotados de infraestrutura de informática e comunicação que reúnem educadores e especialistas em tecnologia de hardware e software. O Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, regulamentou ProInfo que passou a denominar-se Programa Nacional de Tecnologia Educacional, objetivando promover o uso pedagógico das TIC nas redes públicas de educação básica (FNDE, 2016).

No Relatório de Gestão da SEB de 2013 verificou-se que permanece no escopo do programa as três frentes iniciais quando de sua criação a) distribuição de equipamentos, b) formação continuada de professores e c) produção e disponibilização de conteúdos digitais educacionais, sendo nesse sentido, em 2013, adquiridos 5 mil laboratórios de informática para escolas públicas urbanas. Uma de suas ações é uso de *tablets* no ensino público e entre 2012 e 2013 foram adquiridos com recursos do Governo Federal mais de 460 mil *tablets*, dos quais, já haviam sido entregues 400 mil aos Estados. Quanto a formação continuada docente, até 2013, já tinham sido formados pelo programa 34.322 professores para o uso das tecnologias na educação.

Suscitamos a importância de pesquisas que tenham como objeto demais ações desse programa como o Projeto um computador por aluno (UCA), Programa um computador por aluno (PROUCA), Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), ProInfo Urbano, ProInfo Rural e ProInfo Integrado.

Constatou-se na investigação que o Governo Federal tem mantido parcerias no âmbito dos macroprocessos finalísticos, entre eles o de monitoramento e avaliação das políticas, com instituições governamentais e externas, que condizem com o caráter neoliberal das políticas implementadas nas últimas décadas. Assim, de modo geral, na Educação Básica os parceiros mais envolvidos são a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e Conselho Nacional dos Dirigentes Estaduais de Educação, que discutem sobre problemas ou o não cumprimentos das metas de políticas públicas; o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação parceiro em praticamente todas as iniciativas, sendo o executor de grande parte das ações desenvolvidas; os entes federados: municípios, estados e distrito federal, que aderem voluntariamente as ações (MEC, 2014, p. 34).

No entanto, outros parceiros são citados no relatório, em particular, organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) e Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Ambos responsáveis pela contratação de consultores (pessoas físicas) na modalidade “Produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais. Constatamos serem esses processos propensos objetos para investigações futuras no campo educacional.

Considerações Finais

Pela via da pesquisa qualitativa, nas análises empreendidas, constatou-se que o Brasil passou a adotar a inclusão das TIC na educação através de políticas públicas decisivamente na década de 1990, não apenas devido as mudanças constitucionais, mas também influenciado pelo novo paradigma de gestão explicitado por Ball (2001).

É preciso considerar que se iniciava um contexto marcadamente influenciado por políticas neoliberais que se caracterizam, entre outros aspectos, pela mínima regulação do Estado, controle dos gastos públicos, descentralização de execução das políticas, intensificação das avaliações da eficiência e eficácia governamental e fortalecimento das parcerias público-privadas e com organismos internacionais, sendo esses últimos orientadores de mudanças estruturais em diversos setores.

Dentre essas políticas ressaltou-se a criação dos programas TV Escola e ProInfo, voltados para o uso das tecnologias na educação, que incorporam no seu escopo ações que envolvem distribuição de equipamentos, instalações de núcleos de estudo e pesquisa, capacitação docente, e a distribuição por plataformas tecnológicas, entre elas, TV e internet, de diversos tipos de materiais pedagógicos que beneficiam o trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos. São dois importantes programas que, para além das mudanças de governos, permanecem e consolidaram-se mantendo o foco principal de adotar o uso das TIC nos diversos processos que se desenvolvem na educação nacional e configurando-se em ações estratégicas do Governo federal voltados para esse fim, merecendo investigações particulares. Nesse aspecto ao longo desse estudo apontamos para algumas possibilidades de futuras pesquisas, a exemplo das diversas ações que são desenvolvidas pelo ProInfo e quanto as parcerias público-privadas e com organismos internacionais que são estabelecidas no programa.

A resignificação dada ao longo de suas trajetórias potencializa a sua importância na educação, ao passo que reflete as mudanças que foram sendo realizadas na visão de mundo e que alteraram significativamente os processos que se desenvolvem na sociedade, social, político, educativo, entre outros, e que incorporaram marcadamente o uso das TIC.

Referências

BALL, Stephen J.. **Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação**. Currículo sem fronteiras, v.1, n.2, pp.99/116, Jul/Dez 2001.

BALL, Stephen J.. **Education reform: acritical and post-structural approach**. Bucking: open University Press.

BRASIL. **Relatório de gestão: 1996-1998**. Brasília: SEED, 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/relatividades/RelatorioGestaoSEE D96-98.pdf>>. Acesso em 01 jun.2016.

BRASIL. **Relatório de gestão do exercício de 2013**. Brasília: SEB, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15992-relatorio-gestao-exercicio-2013-seb-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 01 jun.2016.

BRASIL. Proinfo. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo>>. Acesso em: 01 jun.2016.

CONCEIÇÃO, Sheilla Silva da. **Informática educacional na Rede Pública de Ensino Estadual: o PROINFO em Aracaju-SE**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

HETKOWSKI, Tânia Maria. Políticas públicas educacionais e as influências neoliberais. In: MERCADO, Luis Paulo Leopoldo; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da (Org.). **Formação do pesquisador em educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa**. Maceió: EDUFAL, 2007.

LYOTARD, J. F. (1984). **The postmodern condition: A Reporto on Knowledge**. (vol. 10). Manchester: Manchester University Press.

NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. **Informática aplicada à educação**. Brasília: UnB, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2008c. (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Maria Léa Guimarães da. **A inclusão digital nas políticas de inserção das Tecnologias de Informação na Educação: o discurso e prática dos curso de formação de professores**. 182 f. (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Pós-graduação em Educação. Salvador, 2014.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de. EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.